

A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA GOVERNAMENTAL NA ECONOMIA DO BRASIL DE J.K. A ATUALIDADE: E OS IMPACTOS ATUAIS E FUTUROS NA ECONOMIA BRASILEIRA.

Rodrigo Donizete Pereira Lopes
rodrigao_dkx3@yahoo.com.br

Leila Alves Pereira Dos Santos
leilaalvesp19@gmail.com

Daniel Dos Santos Formaio
formaio23@gmail.com

Cleverton Santos Reche
Cleverton.reche@hotmail.com

Vitor Neves Barbosa
vitornb25@gmail.com

RESUMO

Este trabalho visa mostrar a influência governamental na economia brasileira desde J.K. até Temer, realizando um levantamento histórico e fazendo uma projeção futura para os próximos 4 anos do novo governo, as vitórias e fracassos dos presidentes eleitos durante seus mandatos e como isso influenciou a economia brasileira durante aquele tempo e se há reflexos no presente e no futuro. Fazendo uma análise das influências governamentais do passado para projetar as possíveis ações do governo futuro na economia, como a influência política determina ou determinou o que seria o Brasil na sua atualidade e de que forma isso impactou na sociedade naqueles tempos e qual será o impacto futuro. Revisão literária de livros, artigos científicos, teses, publicações de jornais e revistas de política e economia, sites específicos sobre o assunto. A projeção econômica utilizando gráficos atuais, citações de revistas e jornais atuais mostrando duas possíveis tendências a serem seguidas pelo novo governo, concluímos que o atual governo está em um caminho bifurcado onde um leva para elevação da economia e aumento do PIB com redução de dívida pública e outro levando as estagnação, aumento na inflação, salto no desemprego e resseção do PIB.

Palavras-chaves: Política, Economia, Inflação, Previdência, Estratégia

ABSTRACT

This work aims to show the governmental influence on the Brazilian economy from JK to Temer, carrying out a historical survey and making a future projection for the next 4 years of the new government, the victories and failures of the elected presidents during their terms and how it influenced the Brazilian economy during that time and if there are reflections in the present and in the future. Making an analysis of the governmental influences of the past to project the possible actions of the future government in the economy, how the political influence determines or determined what would be Brazil in its present time and how it impacted society in those times and what will be the future impact . Literary review of books, scientific articles, theses, publications of newspapers and magazines on politics and economics, specific websites on the subject. The economic projection using current graphics, citations from current magazines and newspapers showing two possible trends to be followed by the new government, we conclude that the current government is on a bifurcated path where one leads to an increase in the economy and an increase in GDP with a reduction in public debt and another leading to stagnation, rising inflation, leap in unemployment and GDP resection.

Keywords: Politics, Economy, Inflation, Pension, Strategy

1. INTRODUÇÃO

Com a virada do Brasil de Monarquia para República, ainda se manteve a base econômica do país em cima do setor agrícola, sendo Sul e Sudeste a expansão cafeeira e açucareira (cana de açúcar) no Nordeste era açucareira e cacau, o Norte as seringueiras com a extração do látex isso até meados de 1950. A partir de 1955 vimos a influência do governo que veio moldando o nosso sistema econômico. Com o J.K. vimos como foi importante a abertura para a entrada das industriais estrangeiras em diversos setores.

Posteriormente ao crescimento e desenvolvimento do país no governo J.K. começamos a viver um momento conturbado no governo de Jânio Quadros com sua renúncia meses após assumir o cargo, somente através de extensas negociações o então vice-presidente João Goulart pode assumir seu cargo como presidente e criou um plano de estabilização que só veio a

agravar a crise econômica do país.

Na fatídica data de 15/04/1964 com a posse do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco se deu início ao período da ditadura militar. Nesse início de governo militar do Marechal Castello Branco foi criado o PAEG com o objetivo de reduzir e estabilizar a taxa inflacionária de 90% em 1964 para menos 30% em 1967.

Para um desfecho de uma era militar em 15/03/1979 assumiu o poder o último presidente do Regime Militar General João Baptista de Oliveira Figueiredo, que tinha como promessa dar o fim do regime e início da retomada da democracia. Em 15/03/1985 assumi o vice de Tancredo Neves que veio a falecer antes de assumir o cargo de presidente, José Sarney de Araújo Costa que deu início a Nova República que segue até os dias atuais.

A pesquisa visa mostrar que a diversidade política, assumindo o Estado ao longo dos anos principalmente de J.K. aos tempos atuais, influenciaram de diversas formas a economia dentro do nosso país. Ora circunstancialmente de forma positiva, projetando uma evolução econômica e estrutural, por vezes ocorrendo o viés contrário.

A influência Governamental na economia no passado que ocasionaram acertos e erros virou uma tendência a se repetir no presente e no futuro?

Dessa forma o presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma análise que possa corrigir possíveis erros que advenham reiterar no futuro.

A finalidade da nossa pesquisa é expor erros e acertos dos presidentes, que assumiram o poder a partir de 1956, e de que forma isso afetou diretamente a economia interna e externa, havendo possibilidade de ocorrer novamente no futuro.

Neste estudo visa realizar inicialmente um levantamento econômico e histórico no sistema republicano brasileiro, com ênfase nos presidentes e suas visões que influenciaram diretamente no sistema econômico do país de J.K. a Temer. E lançar uma perspectiva de projeção futura na economia brasileira, e o que ocasionará influências governamentais plausíveis do novo presidente no sistema econômico do país.

O presente estudo tem como foco uma contextualização das influências governamentais ao longo da história na economia brasileira, mostrando possíveis padrões para fazer possíveis projeções futuras acerca das

influências governamentais na economia.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (GERHART D. e SILVEIRA, 2009).

A bibliografia tanto final como as citações de rodapé, permite obter uma ideia das obras consultadas e suas características gerais. Os livros ou textos selecionados servem para leituras ou consultas; podem ajudar nos estudos em face dos conhecimentos técnicos e atualizados que contêm, ou oferecer subsídios para a elaboração de trabalhos científicos, incluindo seminários, trabalhos escolares e monografias. Por esse motivo, na medida do possível, deve preocupar-se com a formação de uma biblioteca de obras selecionadas, já que serão seu instrumento de trabalho (MARCONI e LAKATOS, 2005, p.20).

1.1.1 Pesquisa Qualitativa

Na concepção de VIEIRA e TIBOLA (2005), com a existência desta dificuldade de analisar o homem mais profundamente surgiu a Pesquisa Qualitativa, que propõe desvendar um objeto subjetivo do pensamento humano.

Para GERHARTD e SILVEIRA (2009), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer

juízos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Segundo VIEIRA e TIBOLA (2005) a pesquisa qualitativa veio consolidando-se ao longo da história científica como prática que possibilita o desvendamento de objetos subjetivos que, por sua complexidade, exigem compreensão mais aprofundada dos fenômenos que os envolvem. Em alguns casos, de nada adianta uma pesquisa quantitativa sem antes se ter as qualidades para serem quantificadas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Políticas governamentais

Segundo DE ALMEIDA (2004), a proposta de um “Programa de Metas” (ou Plano, como ficou mais conhecido), antes mesmo de ser inaugurado o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960), constituiu notável avanço na noção de uma coordenação racional da ação do Estado no estímulo a setores inteiros da economia, em geral na área industrial, mas com grande ênfase naqueles “pontos de estrangulamento” já detectados em relação à infraestrutura.

Já REGO et al.(2018) chama a atenção para o mecanismo inflacionário como forma de financiamento das empresas, na medida que em uma empresa estruturada econômica oligopolização as empresas tem poder de fixar preços, não apenas se defendendo da inflação como também aumentando a participação na renda nacional.

Na visão de SOUZA (2013), Juscelino fez da aliança com o comando militar um importante fator da estabilidade política; outro importante pilar alicerçado durante a gestão JK foi o de angariar apoio popular às trinta e uma metas do Plano, que incluíam a aceleração do processo de acumulação, mas também a elevação do nível de vida da população, juntamente com a construção de Brasília, que embutia um ideal de construção de um “Novo Brasil”.

A ideologia construída nesse momento explica a tolerância das classes trabalhadoras com o projeto de “grandeza nacional”, que ampliou a massa de empregos e diminuiu os efeitos negativos, mas semeou contradições e reforçou a concentração de renda.

2.1 O sistema financeiro

Diante do que expõe LACERDA et al.(2018) a reforma bancária de 1965 criou a estrutura básica do sistema financeiro nacional, instituindo o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional, e permitiu a especialização desse sistema com a divisão em financeiras (voltadas ao financiamento dos bens de consumo duráveis), bancos comerciais e bancos de investimento. o que possibilitou a convivência com taxas relativamente altas de inflação durante muitos anos. A reforma bancária estimulou um movimento de fusões e aquisições sem precedentes, com o objetivo de desenvolver um sistema financeiro forte e competitivo.

Conforme MENEZES (2010) o sistema financeiro passou por profundas transformações estruturais, concentradas praticamente nas duas últimas décadas, pelo próprio aparato institucional introduzido. No Brasil as primeiras instituições financeiras que surgiram foram no século XIX, sendo os bancos comerciais (casas bancárias), os quais atendiam as atividades mercantis urbanas, atividades estas ligadas aos setores primários e de exportação, onde não se exigiam mecanismos de financiamento com maior grau de especialização, pois tinham como apoio as instituições financeiras e de serviço como, comissários, aviadores, casa de importação/exportação, naquela época a rede bancária comercial existente era considerada satisfatória as necessidades de crédito da economia.

2.2 A evolução econômica após o governo de J.K.

Conforme LACERDA et al. (2018) após um período de intenso crescimento do PIB, entre 1956 e 1962, a economia brasileira sofreu uma desaceleração que perdurou até 1967. Entre 1962 e 1967, a taxa média de crescimento do PIB caiu à metade daquela alcançada no período anterior. A taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo, um dos principais determinantes do ritmo de crescimento de um país, começou a cair já em 1962, tornando-se negativa em 1963, o que também ocorreu com o crescimento da produção industrial. A inflação disparou e atingiu uma taxa anual de 90% em 1964, considerada extremamente alta, mesmo para os permissivos padrões brasileiros de convivência com a inflação daquela época.

Para CAMPOS (2007) De fato, o período que vai de 1956 a 1961 se

tornou notável pelo vultoso crescimento econômico ocorrido no país, crescimento este pautado principalmente no desenvolvimento industrial engendrado por tal plano.

De modo que PACHECO (2010) No início dos anos 60 a dívida externa brasileira já atingia mais de US\$ 2 bilhões da qual uma grande parcela era de curto prazo e, tanto os juros como as amortizações, combinados com remessas de lucros de empresas estrangeiras produziam crescentes dificuldades no balanço de pagamentos.

O fato de as políticas que orientaram a substituição de importações terem sido unilaterais, isto é, que a promoção das exportações e a diversificação tenham sido totalmente negligenciadas, tornava-se agora um problema significativo. O descaso do governo Juscelino Kubitschek em relação às questões acima iria impactar negativamente o governo que se sucedeu, embora os investimentos do Plano de Metas ainda tenham produzido uma elevação do PIB em 1961 de 8,6%, já com Jânio Quadros como Presidente da República. A partir das tabelas 9 e 10, constata-se alguns indicadores macroeconômicos do período de 1956-1963.

Alguns indicadores econômicos - Plano de Metas (1955-1961)					
Anos	Inflação (% IPC -RJ)	Varição da base Monetária (%)	Varição do Salário mínimo real (%)	Saldo em transações correntes (US\$ milhões)	Dívida Externa total (US\$ milhões)
1955	23	15,8	-9,5	2	1.445
1956	21	19,3	-1,3	57	1.580
1957	16,1	35,1	-9,6	-264	1.517
1958	14,8	18	14,5	-248	2.044
1959	39,2	38,7	-12,7	-311	2.234
1960	29,5	40,2	19,4	-478	2.372
1961	33,2	60,4	-14,7	-222	2.835

Figura 1 - Alguns indicadores econômicos – Plano de Metas (1955-1961). Fonte: LACERDA et al., (2018)

2.3 As transformações dos sistemas financeiros a partir de 1960

Segundo LACERDA et al., (2018) a economia brasileira nos anos 1960 apresentava os sintomas de esgotamento do processo de substituição de importações e caminhava para uma profunda estagnação. Isso era reforçado pela influência das classes conservadoras, que mantinham uma estrutura agrária operando com técnicas rudimentares de cultivo, provocando a

exaustão da fertilidade da terra. Isto resultava nos altos preços dos produtos agrícolas e no baixo nível de vida da população.

Se não se criava um mercado de base industrial, pouco se podia esperar da demanda do setor agrícola. Este impasse econômico e social só poderia ser superado por uma radical mudança do poder político que permitisse o desenvolvimento de um projeto nacional voltado ao conjunto da população. Ironicamente, o golpe militar de 1964, aprofundando ainda mais as características perversas e excludentes apontadas por Celso Furtado, vai permitir a retomada do crescimento econômico e a realização do chamado “milagre econômico” brasileiro.

2.4 Importância da política governamental para a economia brasileira

Pode-se, igualmente, para dar uma ideia das dificuldades e dos problemas técnicos com que se debatiam os primeiros planejadores governamentais do Brasil, nas décadas imediatamente subsequentes à Segunda Guerra Mundial, transcrever os fatores que Roberto Campos listava, no início dos anos 70, como indicativos daqueles obstáculos institucionais e estruturais deficiências estatísticas no tocante a dados fundamentais como o emprego de mão-de-obra, o investimento do setor privado e as relações interindustriais (ALMEIDA, 2004).

Assim MACARINE (2008) durante o governo Castello Branco, a preocupação central da política econômica foi o combate à inflação, em franca aceleração desde 1959. O PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) sintetizou o diagnóstico e as diretrizes da política de estabilização que, não sem contradições em sua execução, foram efetivamente perseguidas no triênio 1964-1966.

De acordo ainda com MACARINE (2000) a ditadura militar implantada em 1964 colocou, no comando da política econômica, os melhores representantes do pensamento econômico conservador. O movimento da política econômica do nefasto regime, mesmo em seu período de consolidação e fortalecimento, de forma alguma circunscreveu-se a um roteiro definido em suas linhas básicas já em 1964.

Um retrato mais exato do processo então iniciado deve acentuar as descontinuidades que caracterizaram aquele movimento – o que, entenda-se,

não elimina o reconhecimento da existência de elementos de continuidade (dos quais, o tratamento dispensado aos salários certamente é o mais conspícuo).



Figura 2 - Crise na indústria Fonte: MACARINE (2000)

2.5 GOVERNO DE FERNANDO COLLOR DE MELO A MICHEL TEMER

2.5.1 Governo Collor

Prometendo atender os anseios de um povo recém-saído do Regime Militar (1964 – 1985), Fernando Collor de Mello tomou posse da cadeira de Presidente da República em 1990. Logo depois de sua posse, Collor criou um plano de recuperação da economia arquitetado pela ministra Zélia Cardoso de Mello. O Plano Collor previa uma série de medidas que injetariam recursos na economia com a alta de impostos, a abertura dos mercados nacionais e a criação de uma nova moeda (Cruzeiro). Entre outras medidas, o Plano Collor também exigiu o confisco das poupanças, com valores superiores a 50 mil cruzeiros, durante um prazo de dezoito meses (SOUSA, 2019).

Outro plano de estabilização, o Plano Collor II, foi adotado em janeiro e 1991, em situação de desespero devido à reaceleração da inflação. Mais uma vez lançava-se mão do congelamento de preços e salários e da unificação das

datas-base de reajustes salariais, além de novas medidas de contração monetária e fiscal. A precariedade do Plano Collor II, aliada ao desgaste do governo com os efeitos do confisco ocorrido no plano anterior, assim como às crescentes denúncias de corrupção, acabaram por determinar o pedido de impeachment de Collor em outubro de 1992 (REGO et al. 2018).

2.5.2 Governo Itamar Franco

Itamar Franco foi empossado Presidente da República em outubro de 1992, após a renúncia de Fernando Collor, que enfrentava um processo de impeachment. Vice-presidente na época, o mineiro de Juiz de Fora governou de 1992 a 1995, período que ficou conhecido como “República do Pão de Queijo”. Seu principal legado está ligado ao Plano Real, um pacote de medidas econômicas que vinha na esteira de outros planos apresentados anteriormente, nos governos de Sarney e Collor, com o intuito de controlar a inflação e estabilizar a economia. Diferentemente dos demais, o Plano Real entrou em vigor em março de 1994 respaldado por Medida Provisória, garantindo assim um aparato legal inexistente anteriormente. (PINTO, 2019) "Governo Itamar – Economia"; Brasil Escola.

Finalmente Itamar Franco nomeou Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Economia. A situação era crítica, pois em oito meses de mandato Itamar já tinha demitido três ministros da Fazenda. Fernando Henrique Cardoso enquanto negociava as medias com o Congresso conseguiu acordo da dívida externa com os bancos credores que estava há quase uma década sem solução satisfatória. Posteriormente em 1994, no governo Itamar ocorreu o Plano Real que acabou com a escalada inflacionada que chegou a 5.000% ao ano. A inflação distorcia os dados econômicos e comprometia qualquer investimento de longo prazo. (LEAL, 2019) “ Brasil: Economia – Governos Collor e Itamar Franco” 20 de março 2013.

2.5.3 Governo FHC

A proposta política de Fernando Henrique Cardoso era adequar o Brasil ao neoliberalismo. Assim declarou que o governo dele colocaria fim a Era Vargas, ou seja, a intervenção do Estado na economia seria mínima, seriam realizadas privatizações de empresas estatais, e reduzidos os direitos

trabalhistas por meio de flexibilização das legislações. (RODRIGUES, 2019) Governo de Fernando Henrique Cardoso. 25 nov. 2017.

Fernando Henrique Cardoso (FHC), durante os dois mandatos como presidente da República, efetivou o Plano Real, privatizou várias estatais brasileiras. O governo presidencial de dois mandatos, 1º mandato (1994-1997) e 2º mandato (1998-2002), de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela efetiva implantação da política Neoliberal no Brasil. (CARVALHO, 2019) "Governo Fernando Henrique Cardoso" Brasil Escola.

2.5.4 Governo Lula

Nos anos do primeiro mandato presidencial de Lula, a situação econômica internacional apresentou-se extraordinariamente favorável em todas as esferas. O mundo todo cresceu e puxou o Brasil com ele, e é este o principal fator responsável pelo bom desempenho de indicadores econômicos exibidos pelo governo como se fossem resultantes da política econômica doméstica. Trabalhando com dados do FMI, Filgueiras e Gonçalves mostram que a renda mundial cresceu a uma taxa média de 4,9%, muito superior à média secular (1890-2006) de 3,2%, o mesmo acontecendo com a taxa de investimentos, significando um ciclo claramente expansivo da economia internacional, apesar da inflação relativamente baixa (FILGUEIRAS e GONÇANLVES, 2007).

A política econômica, especialmente durante o primeiro mandato (2003-2006), foi bastante conservadora, seguindo à risca os termos dos acordos assinados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) desde 1999. As taxas de crescimento durante esse período foram de 3,5% ao ano, enquanto o segundo mandato (2007-2010) foram de 5,2% resultando em crescimento médio de 4,0% anual durante os 8 anos do governo Lula. A política econômica ortodoxa, aliada a ações distributivistas – como a elevação do valor real do salário-mínimo e a grande expansão do programa Bolsa Família -, permitiram a reeleição do presidente em um alto nível de aprovação de seu governo, sobretudo durante o segundo mandato, apesar de acusações de corrupção, como no caso do “mensalão” (REGO et al. 2018).

2.5.5 Governo Dilma

No primeiro governo Rousseff (2011 a 2014), houve crescimento médio do PIB de 2,2% a.a. No segundo mandato, o PIB recuou 7,5% no biênio 2015-2016, resultando em uma das maiores recessões da história do país. As estimativas para 2017 indicavam um crescimento de 0,9% do PIB. Evidentemente, a mais profunda recessão sofrida pelo país desde os anos 1930, além de razões econômicas, tem razões políticas, (REGO et al. 2018).

Segundo ainda (REGO et al. 2018), a política econômica de Dilma Rousseff padeceu das mesmas contradições do governo Lula, embora em um contexto econômico mais adverso, especialmente com relação ao comércio internacional, com a queda dos preços das commodities exportadas pelo país.

O comportamento da economia brasileira passou de desaceleração, ao longo do primeiro mandato de Dilma, para uma recessão a partir do primeiro ano do segundo mandato, o que intensificou o debate a respeito do papel da política fiscal sobre o ritmo de atividade. No debate macroeconômico que se seguiu, a política fiscal teve papel central para explicar a desaceleração da atividade e a posterior recessão, tanto no campo da ortodoxia como na heterodoxia, (DWEK, 2017).

2.5.6 Governo Temer

No fim de abril de 2017, os sinais da conjuntura econômica eram dúbios beneficiados por uma mudança metodológica relativa aos setores de comércio e serviços, os indicadores antecedentes apontavam para um encerramento da recessão no primeiro trimestre. Notícias positivas só mesmo em relação ao setor externo e aos índices de preços, o desempenho das contas públicas continua a decepcionar, a equipe econômica que ampliou significativamente a meta de déficit primário ao assumir de R\$ 97 bilhões para R\$ 170,5 bilhões (BIANCARELI, 2017).

O governo Temer anunciou, em dezembro de 2016, um conjunto de dez medidas para retomar o crescimento e gerar empregos, incluindo, entre outras providências, uma nova regularização tributária, a extinção gradual da multa de 10% sobre o FGTS nos casos de demissão sem justa causa, além de uma série de medidas voltadas à melhoria da gestão e da produtividade

bem como a facilitação do acesso ao crédito pelas micro, pequenas e médias empresas, (REGO et al. 2018).

Indo de encontro IDOETA (2017), no primeiro ano de Temer bateu o recorde de desemprego com o total de 14 milhões de desempregados. No primeiro ano de Temer os juros caíram, mas em 2018 aumentaram ao mesmo tempo com o desemprego auto e o crédito escasso o consumo das famílias fica necessariamente comprometida, com a liberação de contas inativas do FGTS traz algum impulso na economia injetando 34,5 bilhões aumentando o PIB 0,3 ponto percentual.

2.6 ELEIÇÕES PRESIDÊNCIAS DE 2018 E OS IMPACTOS ATUAIS E FUTUROS NA ECONOMIA BRASILEIRA

Com o término das eleições de 2018, o mercado encheu-se de otimismo pelo fato de o presidente eleito ser oposto dos governantes anteriores, um representante de cunho conservador e com a fala de uma economia liberal para o futuro, comprometendo-se com reformas importantes como a da previdência, fiscal e tributária, abrindo o mercado e buscando parcerias com países de economia puramente capitalistas, fugindo de governos pseudos socio democráticos das américas do sul e central. Com tudo será que um presidente até então desconhecido do grande público com discursos de ódio e com um vice também sem um histórico político de peso, pode ser o salvador da pátria econômica nos próximos 4 anos? Veremos na continuação da pesquisa a que ponto estamos.

As eleições de 2014 revelaram um fenômeno observado desde 2013, mesmo que ainda timidamente a ascensão de uma onda conservadora no Brasil no sentido de mais políticos de direita terem o voto. O Congresso eleito em 2014 nunca foi tão conservador e isso pode ser expresso nas votações da Bancada da Bala e dos Evangélicos. No último pleito, de acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), houve aumento de 25% no número de ex-policiais eleitos como deputados estaduais ou federais. (CIOCCARI, D. PERSICHETTI, 2018).

No segundo turno das eleições à Presidência, depois de pesquisa eleitorais mostrarem o candidato Jair Bolsonaro (PSL) muito à frente de Fernando Haddad (PT) na disputa. Só em outubro o Ibovespa, acumula alta

de mais de 6% enquanto o dólar já caiu mais de 7% neste mês. Os indicadores refletem a animação do mercado financeiro com as grandes chances de vitória de Bolsonaro.

A subida das ações significa que mais pessoas se sentem otimistas para comprá-las, o que faz seu preço aumentar. Mas o que explica essa euforia? Segundo analistas e professores entrevistados pela BBC News Brasil, a receita combina dois fatores: uma forte rejeição que cria um clima de "tudo menos o PT" e a presença de Paulo Guedes na campanha do PSL, visto como um economista comprometido com a agenda liberal. Mesmo assim, há dúvidas que persistem a poucos dias da eleição e podem, na opinião dos especialistas, reverter essa animação a qualquer momento (FAGUNDEZ, I. BBC Brasil em São Paulo 25 OUT. 2018).

No início de outubro, quando ele quase venceu já no primeiro turno, o mercado financeiro festejou: em seis semanas, o dólar perdeu 13% do valor frente ao real. No mesmo período, o Ibovespa cresceu 14%. Os juros de longo prazo do Brasil caíram. E as vendas na bolsa alcançaram recordes históricos. A mudança no clima entre os investidores também se deve ao fato de que, simultaneamente ao aumento da popularidade de Bolsonaro, aconteceu uma abrangente guinada à direita na política brasileira. Nas eleições para o Congresso e para os governos estaduais, candidatos de direita obtiveram vitórias surpreendentemente (BUSCH, 2018).

Embaladas pela onda de otimismo que se formou com a mudança de governo, muitas empresas esperavam acelerar o ritmo de crescimento em 2019. A siderúrgica Arcelor Mittal, que cresceu 3% no ano passado, previa avançar outros 5% neste ano. A força de trabalho local, de 16 mil funcionários, seria ampliada até junho.

Após um primeiro trimestre frustrante, os planos tiveram de ser revistos. Agora, a multinacional trabalha com um cenário igual ao do ano anterior e sinaliza com contratações somente no segundo semestre — se ocorrerem. “Tínhamos uma expectativa de melhora maior no primeiro trimestre”, afirma Jefferson De Paula, CEO do grupo para a região. “Saímos da maior crise desde 2016 e continuamos andando de lado.

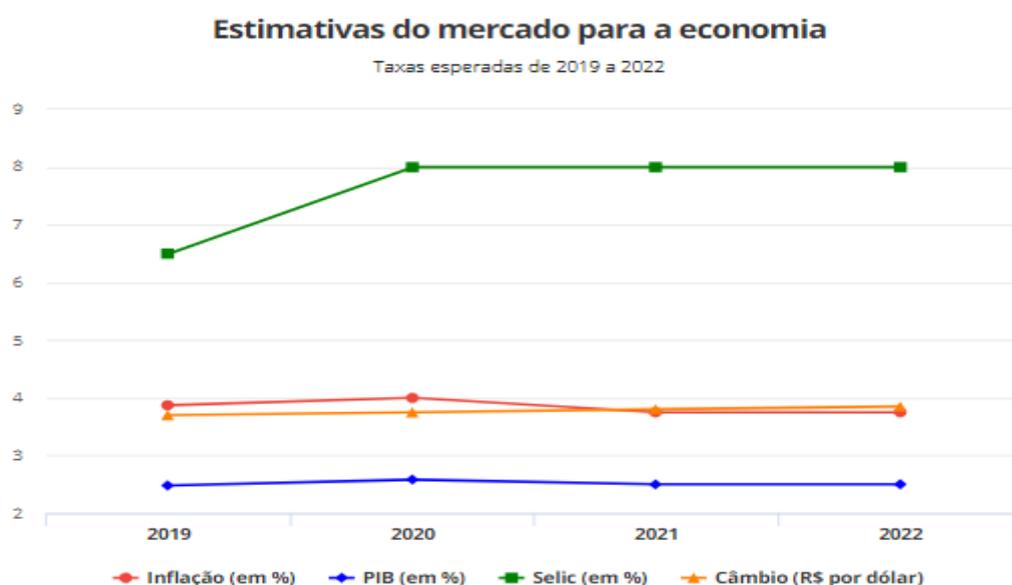
A economia não vai crescer enquanto não passar a reforma da Previdência.” Entre os três principais setores atendidos pela empresa, há

melhoras somente no imobiliário. A construção pesada está ruim e a indústria pior do que o esperado (BALDOCCHI, G.; VICTAL, R. 05 ABR. 2019).

DAVOS - A ONU estima que o governo de Jair Bolsonaro será pressionado a dar uma resposta ao déficit público e reduziu a previsão de crescimento para o País em 2019 e 2020. Segundo o informe anual da entidade sobre as perspectivas econômicas, a redução ficou entre 0,4 e 0,6 pontos percentuais em comparação ao que se previa no ano passado.

A ONU estimava que a taxa de expansão da economia brasileira seria de 2,7% em 2019 e de 2,9% em 2020. Agora, a taxa está em 2,1% para este ano e em 2,5% para o ano que vem (CHADE, 2019).

A informação consta no boletim de mercado, conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (18), o boletim é resultado de levantamento feito na última semana com mais de 100 instituições financeiras. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. Na semana passada, o BC informou que a "prévia" do PIB indica uma alta de 1,15% em 2018. Para o ano que vem, entretanto, a expectativa do mercado financeiro para expansão da economia subiu de 2,50% para 2,58%. Os economistas dos bancos não alteraram a previsão de expansão da economia para 2021 e para 2022 – que seguiu em 2,50% para os dois anos (MARTELLO, 2019).



Fonte: Banco Central

Figura 3 – Estimativas do mercado para a economia. Fonte Banco Central

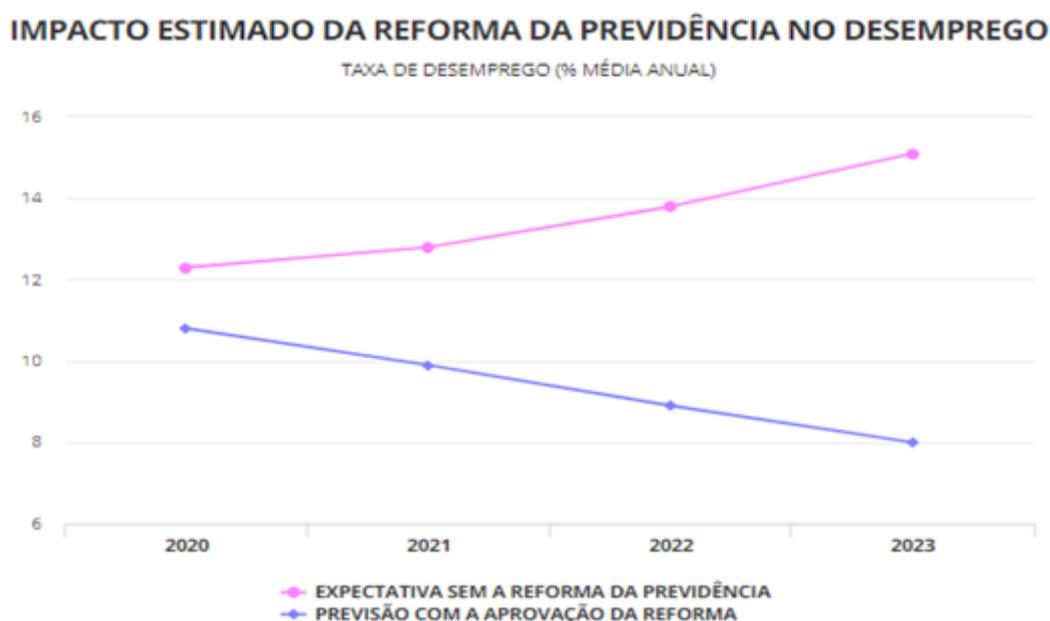


Figura 4 – Impacto estimado da reforma da previdência no desemprego. Fonte: Secretária de Política Econômica (Ministério Da Economia)

Na imagem acima é projetada uma expectativa para os próximos 4 anos de impactos na economia com e sem a reforma da previdência, no caso em incide sobre o desemprego.

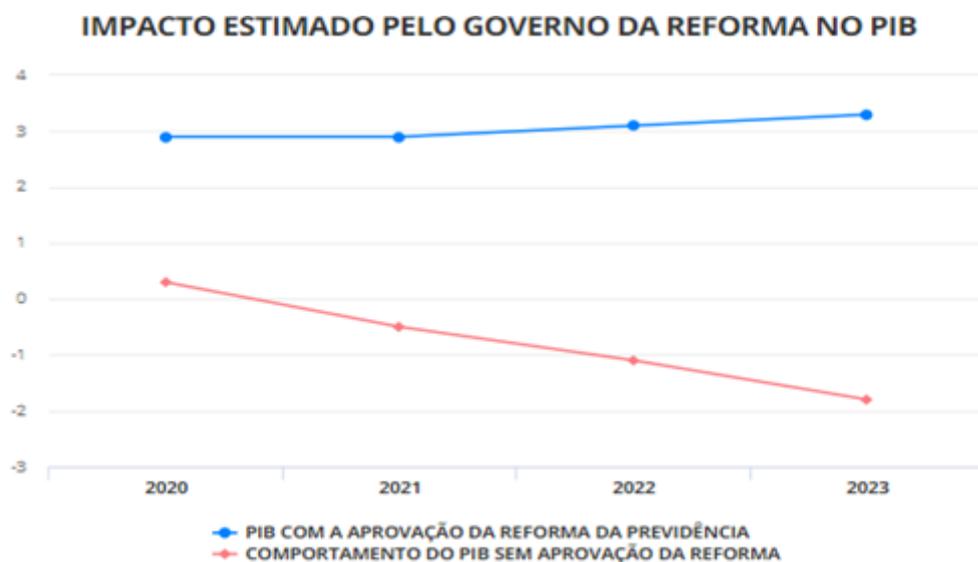


Figura 5 – Impacto estimado pelo governo da reforma no PIB. Fonte: Secretária de Política Econômica (Ministério Da Economia)

A previsão do Ministério da Economia é de que, sem mudanças nas

regras previdenciárias, a taxa básica de juros da economia fixada pelo Banco Central, atualmente em 6,5% ao ano, avançaria para 11,4% ao ano até o fim deste ano – atingindo 13,4% ao ano em 2020, 15,1% em 2021 e chegando a até 18,5% ao ano em 2023. Na hora em que você não aprova a reforma, o juro sobe rápido. (MARTELLO, 2019).

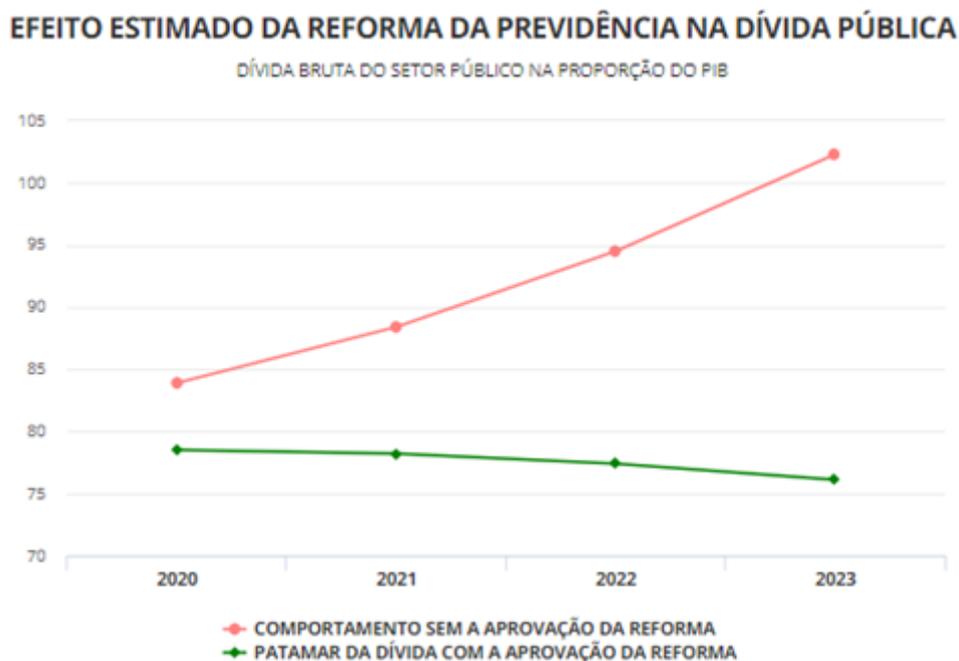


Figura 6 – Efeito estimado da reforma da previdência na dívida pública. Fonte: Secretária de Política Econômica (Ministério Da Economia)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o levantamento histórico realizado, através de levantamento bibliográfico, com o uso de livros, artigos científicos, teses e sites de economia, política e história, averiguamos que com o passar dos anos cada novo governo idealizava um plano econômico para diminuir a inflação, girar a economia, gerar novos postos de trabalho e melhorar a infraestrutura do país.

Através dessa análise notamos que desde J.K. as estratégias econômicas dos nossos governantes não conseguiam atingir todos os objetivos, um dos maiores fantasmas dos governantes é a inflação, apesar de alguns conseguirem estabilizá-la. Os outros objetivos ficavam a deriva indo e vindo, giro econômico sem infraestrutura e com fraca geração de emprego ou investimentos na infraestrutura com geração de novos postos de trabalho giro da economia, mas inflação descontrolada.

Com os resultados deste trabalho, verificamos que um governo após o outro executavam planos econômicos, para que de alguma forma melhorasse a situação do país, acertavam em alguns pontos porém errava-se em outros, sempre no governo seguinte construíam-se um novo plano econômico diferente do anterior, sempre ignorando o que havia dado certo nas gestões anteriores e esquecendo de focar em melhorar o que estava de fato errado para realmente gerar uma estratégia vencedora.

Foi notado que os erros e acertos que ocorreram durante as gestões passadas, não geraram uma lição de efeito imediato aos nossos governantes somente após Collor, com FHC e Lula de governos com situações opostas um de direita e outro de esquerda respectivamente conseguiram ter êxito em controlar a inflação, otimizar a infraestrutura do país, gerar novos postos de trabalho e girar a economia, contudo os governos posteriores cometeram os mesmos erros passados fazendo com que a curva do crescimento do país voltasse a pender para baixo.

Com essa pesquisa, fatos históricos das intervenções governamentais na nossa economia, sendo hora benéfica com aumento do PIB, redução da inflação, giro econômico e aumento da demanda de emprego. Hora desastrosa causando enormes prejuízos na economia com aumento de inflação, desemprego queda do PIB.

Por meio das análises, foi projetado dois caminhos para a economia brasileira de acordo com as intervenções governamentais da nova cúpula diretiva do Brasil, com informes e gráficos dos principais setores da economia a serem afetados.

A pretensão é apontar através de um levantamento histórico que se é possível realizar uma projeção futura para a economia brasileira e seu novo governo.

No decurso dessa pesquisa, foram superadas várias limitações, como a falta de artigos científicos, teses e pesquisas específicas sobre o tema entre outros pilares que poderiam agregar no desenvolvimento dessa pesquisa. O tema selecionado nos criou dificuldades inúmeras já que o mesmo é de cunho inovador onde, não encontramos nada que se comparasse na igualdade da problemática do tema.

A elaboração dessa pesquisa foi árdua e deveras exaustiva, pelo fato

de a mesma não ter documentação volumosa recente, visto do ponto de alguns tópicos desse tema levantado, nos foi orientado a quebrar a barreira limitadora de pesquisa de 10 anos que nos abriu um novo leque para a elaboração desse trabalho. Como limitações existem para serem superadas, a cada barreira quebrada e a cada conquista nosso ânimo era constantemente renovado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, P. R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. São Paulo 2004.
2. ECONOMIA POLÍTICA DO GOVERNO LULA. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal26/20lula.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2019.
3. ESTIMATIVA DO PIB DO BRASIL 2019. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/18/mercado-baixa-stimativa-de-crescimento-do-pib-em-2019.ghtml>. Acesso em 07 de maio de 2019.
4. GERHARDT, T. E.; SILVEIRA D. T. Métodos de pesquisa. 1. Ed. Rio Grande do Sul: 2009. “FURTADO, C. Formação econômica do Brasil:32. ed. São Paulo: Editora Nacional,2005.
5. GOVERNO COLLAR <http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/economia-e-financas/brasil-economia-governos-collor-e-itamar-franco/69452/>. Acesso em 29 de março de 2019.
6. HISTÓRIA DO GOVERNO FHC <https://www.infoescola.com/historia/governo-de-fernando-henrique-cardoso>. Acesso em 15 mar. 2019.
7. ITAMAR FRANCO <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/itamar-conomia.htm>>. Acesso em 29 de março de 2019.
8. “LACERDA, A. et al. Economia Brasileira:4. ed. São Paulo: Editora Saraiva,2010.
9. MACARINI,J.P. Um Aspecto da Política Econômica do “Milagre Brasileiro”: A política De Mercado de Capitais e a Bolha Especulativa !969 – 1971. São Paulo 2006.
- 10.“MARCONI, M.; LAKATOS, E. Fundamentos da metodologia científica:5. ed. São Paulo: Editora ATLAS S.A., 2003

11. "MARQUES, R. et al. O Brasil sob a Nova Ordem: A economia brasileira contemporânea-Uma análise dos governos COLLOR a Lula 30. ed. São Paulo: Editora Saraiva,2010.
12. PEREIRA, L. Ideologias econômicas e democracia no Brasil: São Paulo,1989
13. PERSPECTIVAS PARA O CRESCIMENTO DO BRASIL 2019 E 2020 <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,onu-reve-para-baixo-perspectivas-para- crescimento-do-brasil-em-2019-e-2020,70002688271>. Acesso em 05 de maio de 2019.
14. REFORMA DA PREVIDÊNCIA E GERAÇÃO DE EMPREGOS. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/22/com-reforma-da-previdencia-governo- estima-8-milhoes-a-mais-de-empregos-em-quatro-anos.ghtml>. Acesso em 07 de maio de 2019.
15. SETOR ECONÔMICO DE BOLSONARO. <https://www.terra.com.br/economia/onde-a-economia-vai-testar-bolsonaro,5a59fc203a0e33e9223ac81bc680b009ga0itn9k.html>. Acesso em 07 de maio de 2019.
16. "VELLOSO, J. et al. O real, o crescimento e as reformas:1. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio,1996.
17. VIEIRA, V. A.; TIBOLA, F. Pesquisa Qualitativa em marketing e suas variações: Trilhas para pesquisas futuras. São Paulo 2005.
18. TEIXEIRA, R.; PINTO, E.; A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico: Instituto de economia URFJ,2002.
19. 100 DIAS DE ESPERA NA ECONOMIA <https://www.istoedinheiro.com.br/100-dias-de-espera-na-economia/>. Acesso em 07 de maio de 2019.